

SUMÁRIO

AJUDE O AUTOR A MANTER ESTA OBRA.....	7
SOBRE O AUTOR	9
OBRAS DO AUTOR.....	13
1. Livros Individuais	13
2. Livros Coletivos	14
3. Capítulos de Livros Publicados.....	16
4. Artigos Publicados em Revistas Jurídicas.....	22
AGRADECIMENTOS.....	31
ABREVIATURAS E SIGLAS	47
LISTA DE FIGURAS	53
LISTA DE QUADROS.....	55
LISTA DE DIVERGÊNCIAS.....	57
APRESENTAÇÃO	59
COMO USAR ESTE LIVRO_(INTERATIVIDADE).....	65
FONTES DE CONHECIMENTO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	71
1. Recopilações de leis e atos normativos	71
2. Jurisprudência	72
3. Tratados, cursos e manuais	82
4. Revistas jurídicas (impressas e on-line).....	85
5. Internet	105
6. Buscadores, repositórios e redes sociais	108
7. Catálogos.....	109
8. Legislação	115
9. Diários Oficiais	115
10. Diário da Justiça.....	117
11. Bancos de dados.....	118
12. Prática administrativa.....	119
13. Casotecas.....	119
14. Institutos de direito administrativo.....	120
15. Arbitragem	122

PARTE III
RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS/IMATERIAIS

CAPÍTULO XII - RECURSOS HUMANOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (AGENTES PÚBLICOS) 127

12.1 Breves apontamentos sobre a evolução do regime jurídico dos recursos humanos das Administrações Públicas	127
12.2 Pessoas físicas como órgãos que manifestam a vontade estatal	131
12.3 Agentes públicos	132
12.3.1 Agentes públicos sem vínculo jurídico formal (agentes de fato)	133
12.3.2 Agentes públicos com vínculo jurídico formal (agentes de direito)	134
12.4 Agentes vinculados às pessoas jurídicas de direito privado.....	137
12.5 Agentes vinculados às pessoas jurídicas de direito público.....	138
12.5.1 Agentes políticos.....	138
12.5.1.1 Regime jurídico aplicável aos agentes políticos	140
12.5.2 Particulares em colaboração.....	142
12.5.3 Empregados públicos	145
12.5.3.1 Regime jurídico aplicável aos empregados públicos	146
12.5.3.1.1 Obrigatoriedade de concurso público.....	146
12.5.3.1.2 Contratação sem concurso.....	146
12.5.3.1.3 Necessidade de motivação e de critérios objetivos e imparciais para dispensa	147
12.5.3.1.4 Direito de greve.....	148
12.5.3.1.5 Contratação de seguro para proteção dos dirigentes	148
12.5.3.1.6 Litígios trabalhistas	149
12.5.4 Militares	149
12.5.4.1 Regime jurídico aplicável aos militares	150
12.5.5 Agentes administrativos civis	153
12.5.5.1 Agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias	156
12.5.5.2 Servidores temporários.....	157
12.5.5.3 Servidores estatutários	159
12.5.5.3.1 Cargos públicos	161
12.5.5.3.2 Espécies de cargos públicos	165
12.5.5.3.2.1 Cargos vitalícios.....	165
12.5.5.3.2.2 Cargos em comissão.....	166
12.5.5.3.2.3 Cargos de dirigentes de agência reguladora.....	171
12.5.5.3.2.4 Cargos efetivos.....	172

12.5.5.3.3 Situação anômala	175
12.6 Tipos de tomadores de decisões	175
12.7 Diferentes formas de recrutamentos: concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado.....	177
12.7.1 Etapas comuns nas formas de recrutamentos.....	180
12.7.1.1 Solicitação e autorização do concurso público	180
12.7.1.2 Definição da comissão organizadora	181
12.7.1.3 Divulgação do edital: edital como lei das diferentes formas de recrutamentos	181
12.7.1.3.1 Requisitos de participação/capacidade.....	186
12.7.1.3.1.1 Nacionalidade brasileira.....	187
12.7.1.3.1.2 Gozo dos direitos políticos.....	188
12.7.1.3.1.3 Quitação das obrigações militares e eleitorais	188
12.7.1.3.1.4 Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.....	188
12.7.1.3.1.5 Idade mínima de dezoito anos	189
12.7.1.3.1.6 Aptidão física e mental.....	189
12.7.1.3.1.7 Não ter penalidade disciplinar de demissão ou ser destituído de cargo em comissão	190
12.7.1.3.2 Reserva de vagas	190
12.7.1.3.2.1 Negros (pretos ou pardos)	190
12.7.1.3.2.2 Indígenas	196
12.7.1.3.2.3 Pessoas portadoras de deficiência	196
12.7.1.3.2.4 Outras	197
12.7.1.3.3 Técnica do afunilamento ou cláusula de barreira.....	197
12.7.1.3.4 Prazo de validade e prorrogação	198
12.7.1.4 Abertura das inscrições	201
12.7.1.5 Seleção dos candidatos.....	202
12.7.1.5.1 Instrumentos de aferição do desempenho: provas ou provas e títulos	202
12.7.1.5.1.1 Teste de aptidão física	205
12.7.1.5.1.2 Avaliação psicológica (teste psicotécnico)	206
12.7.1.5.1.3 Avaliação da vida pregressa.....	209
12.7.1.5.1.4 Tempo de atividade jurídica.....	209
12.7.1.5.2 Banca examinadora e correção das provas.....	209
12.7.1.5.2.1 Gabarito errado ou ausência de resposta correta.....	211
12.7.1.5.2.2 Mais de uma opção correta	212
12.7.1.5.2.3 Matérias não previstas no edital	213
12.7.1.5.2.4 Erro material na formulação das questões	214

12.7.1.5.2.5 Quando a resposta mereceria pontuação maior e foi-lhe atribuída nota zero	215
12.7.1.5.2.6 Quando não se leva em consideração respostas que deveriam ter sido consideradas	215
12.7.1.6 Resultado e recursos	217
12.7.1.7 Homologação e convocação para posse	217
12.8 Acumulação de cargos públicos	221
12.8.1 Compatibilidade de horário	223
12.8.2 Teto remuneratório	224
12.8.3 Emprego privado ou exercício de profissão liberal	225
12.8.4 Providências em casos de acumulação indevida	227
12.9 Provimento	228
12.9.1 Tipos de provimento	228
12.9.1.1 Provimento originário: nomeação	229
12.9.1.2 Provimento derivado	232
12.9.1.2.1 Provimentos derivados de amparo constitucional	233
12.9.1.2.1.1 Promoção	233
12.9.1.2.1.2 Readaptação	235
12.9.1.2.1.3 Reintegração	236
12.9.1.2.1.4 Recondução	239
12.9.1.2.1.5 Aproveitamento	241
12.9.1.2.2 Provimentos derivados de amparo estatutário: reversão	242
12.10 Estágio probatório e estabilidade	244
12.11 Carreira funcional e direitos dos servidores	248
12.11.1 Direito ao cargo	248
12.11.2 Progressão funcional	249
12.11.3 Remoção	249
12.11.4 Redistribuição	250
12.11.5 Licença	252
12.11.6 Afastamento	253
12.11.7 Capacitação e aperfeiçoamento	253
12.11.8 Disponibilidade	254
12.11.9 Jornada de Trabalho	254
12.11.10 Férias e descanso semanal	255
12.11.11 Greve, negociação coletiva e associação sindical	256
12.11.12 Remuneração e subsídio	261
12.11.12.1 Incorporação	263
12.11.12.2 Regime jurídico da remuneração e dos subsídios	263

12.11.12.3 Verba indenizatória	268
12.12 Alteração unilateral do regime jurídico estatutário e o direito adquirido	270
12.13 Deveres e regime disciplinário	272
12.13.1 Sindicância investigativa ou inquisitorial e punitiva ou acusatória	274
12.13.2 Investigação preliminar sumária (IPS).....	275
12.13.3 Processo administrativo disciplinar (PAD).....	276
12.14 Desprovemento ou vacância do cargo público	279
12.14.1 Exoneração	280
12.14.2 Perda do cargo por adequação ao limite de despesas com pessoal	281
12.14.3 Demissão	282
12.14.4 Falecimento	282
12.14.5 Perda da nacionalidade.....	282
12.14.6 Promoção e Readaptação	282
12.14.7 Aposentadoria	282
12.14.7.1 Proventos e pensões	286

CAPÍTULO XIII - RECURSOS MATERIAIS E IMATERIAIS (BENS PÚBLICOS) DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

289

13.1 Os bens e o patrimônio das Administrações Públicas.....	289
13.1.1 Domínio público.....	290
13.1.2 Domínio privado ou patrimonial	291
13.1.3 Domínio coletivo.....	292
13.1.4 Domínio de interesse público.....	293
13.2 Domínio eminente.....	294
13.3 Conceito de bens públicos.....	296
13.3.1 Elementos constitutivos do conceito.....	297
13.3.1.1 Bens jurídicos (bens e coisas)	297
13.3.1.2 Pertencentes a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado integrantes da Administração Pública que estejam afetados à prestação de um serviço público ou a outra finalidade pública	298
13.3.1.3 Submetidos ao regime jurídico de direito público	302
13.3.1.3.1 Inalienabilidade relativa (alienabilidade condicionada).....	303
13.3.1.3.2 Impenhorabilidade.....	304
13.3.1.3.3 Impossibilidade de oneração	305
13.3.1.3.4 Imprescritibilidade	306
13.3.1.4 Àqueles que, pela Constituição ou por lei, é estabelecida uma proteção especial.....	307

13.4 Princípios setoriais relativos a bens públicos.....	308
13.5 Função social dos bens públicos	308
13.6 Classificação de bens públicos.....	309
13.6.1 Quanto à titularidade.....	309
13.6.2 Quanto à destinação	309
13.6.2.1 Bens de uso comum do povo	310
13.6.2.2 Bens de uso especial.....	312
13.6.2.3 Bens dominicais	314
13.7 Aquisição de bens para o patrimônio público	315
13.8 Afetação ou desafetação (consagração ou desconsagração)	316
13.9 Utilização e exploração por particular de bens públicos.....	321
13.9.1 Uso/fruição comum ou normal.....	324
13.9.2 Uso/fruição especial ou anormal (privativo).....	326
13.9.3 Uso/fruição compartilhado	328
13.10 Restrição quanto ao uso por particular de bens públicos	329
13.11 Consentimento estatal pelo uso por particular de bens públicos.....	329
13.11.1 Autorização de uso de bem público	332
13.11.1.1 Autorização condicionada ou qualificada a um prazo determinado ...	333
13.11.2 Permissão para uso de bem público	334
13.11.2.1 Permissão condicionada ou qualificada a um prazo determinado	335
13.11.3 Cessão de uso de bem público	335
13.11.4 Concessão de uso especial para fins de moradia.....	336
13.11.5 Concessão para uso de bem público.....	337
13.11.6 Concessão de direito real de uso	339
13.11.7 Aforamento ou enfiteuse	339
13.12 Remuneração pelo uso por particulares de bens públicos.....	340
13.12.1 Preço.....	342
13.12.2 Taxa de polícia	343
13.13 Limites e condicionantes do acesso de outros sujeitos da Administração aos bens públicos.....	343
13.14 Inventário de bens e direitos	344
13.15 Reintegração de posse de bens públicos	344

PARTE IV ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO XIV - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	347
14.1 Atividade funcional da Administração.....	347
14.2 Manifestações ou formas de atuação administrativa clássicas.....	348
14.2.1 Atividade de polícia	349
14.2.2 Atividade de serviço público.....	351
14.2.3 Atividade de fomento.....	355
14.3 Substituição da atividade de fomento pela administração regulatória	359
14.4 Dificuldade de enquadramento	359
14.5 Exercício das atividades administrativas por outros poderes.....	361
 CAPÍTULO XV - ATIVIDADE ORDENATÓRIA OU LIMITATÓRIA (POLÍCIA ADMINISTRATIVA)	 363
15.1 Surgimento e críticas à expressão poder de polícia	363
15.2 O fim da atividade clássica de polícia (ordem pública e segurança cidadã)	367
15.3 Fundamentos e sentidos da expressão poder de polícia	371
15.3.1 Diferença entre poder e função de polícia.....	374
15.3.2 Polícia administrativa e polícia judiciária	376
15.4 Utilização do termo atividade ordenatória ou limitatória	378
15.5 Conceito	379
15.6 Elementos constitutivos do conceito	380
15.6.1 Atividade administrativa, baseada em lei ou na Constituição, que tem por objeto limitar, restringir ou condicionar.....	380
15.6.2 O exercício de outros interesses.....	381
15.6.3 Para a realização dos interesses públicos, da boa administração e da administração de resultado	381
15.6.4 De forma que compatibilize direitos e deveres existentes	382
15.6.5 Disciplinando o exercício da autonomia privada e, excepcionalmente, da pública (criando obrigações de não fazer e de fazer).....	382
15.6.6 Por meio de ações de comando, consentimento, fiscalização e sanção ...	384

15.6.7 Tendo como finalidade possibilitar uma convivência social ordeira e valiosa	386
15.7 Formas de atuação (ciclo de polícia).....	387
15.7.1 Comando/ordem de polícia	388
15.7.2 Consentimento de polícia.....	391
15.7.2.1 Novos meios de consentimento de polícia	394
15.7.3 Fiscalização de polícia	396
15.7.4 Sanção de polícia.....	398
15.7.4.1 Aplicação da sanção	399
15.7.4.1.1 Tipificação.....	405
15.7.4.1.2 Qualificação	407
15.7.4.1.3 Graduação	407
15.7.4.1.4 Quantificação	409
15.7.4.2 Acordos substitutivos/suspensivos.....	410
15.7.4.2.1 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	410
15.7.4.2.2 Medida Reparadora de Conduta (MRC)	412
15.7.4.2.3 Natureza jurídica dos TACs e das MRCs	414
15.7.4.2.4 Caráter substitutivo ou suspensivo.....	416
15.7.4.3 Prescrição punitiva	418
15.8 Competência.....	419
15.9 Possibilidade de descentralização e de delegação.....	422
15.10 Taxa sobre o poder de polícia	429

CAPÍTULO XVI - ATIVIDADE PRESTACIONAL/EXPLORATÓRIA (SERVIÇO PÚBLICO, ATIVIDADE ECONÔMICA EM SENTIDO ESTRITO)
.....433

16.1 Surgimento da Teoria do Serviço Público	434
16.2 A concepção de serviço público da escola de <i>Bordeaux</i> ao Estado social de direito	437
16.3 Ordem econômica e a sua influência na noção de serviço público hoje (serviço público como prestações transferidas da sociedade para o Estado).....	441
16.4 Conceito de serviço público	450
16.4 Elementos constitutivos do conceito.....	450
16.4.1 Toda atividade prestacional (econômica ou social) que a Administração efetua de forma direta, indireta, complexa ou unilateral.....	450
16.4.2 Com ou sem reservas de titularidade, desde que sempre sob normas e controles estatais	453

16.4.3	Visando satisfazer necessidades essenciais (e secundárias) ao desenvolvimento da sociedade, porém fluíveis individualmente.....	454
16.4.4	Objetivando sempre um interesse público	457
16.4.5	Sobre regime jurídico total ou parcial de direito público, porém sempre com predominância desse último	457
16.4.6	Com menção na Constituição ou em lei.....	458
16.4.6.1	Corrente constitucionalista	458
16.4.6.2	Corrente essencialista.....	460
16.4.6.3	Corrente convencionista-legalista	460
16.4.6.4	Corrente mista/híbrida (essencialista-legalista)	461
16.4.7	Desde que em consonância com os princípios fundamentais, gerais e setoriais da ordem econômica e tendo o ente federativo a competência para a sua instituição	462
16.5	Distinção entre teoria, técnica e ideologia do serviço público	463
16.6	Serviço público <i>versus public utilities</i>	463
16.7	Serviço público <i>versus</i> serviço de interesse econômico geral	465
16.8	Serviço público <i>versus</i> serviço universal	476
16.9	Serviço público <i>versus</i> serviço mínimo	479
16.10	Estrutura jurídico-organizativa brasileira da atividade econômica realizada pelo Estado (diferença entre serviço público e atividade econômica em sentido estrito)	480
16.10.1	Classificação proposta.....	485
16.10.1.1	Serviço público próprio ou econômico	488
16.10.1.2	Serviço público impróprio ou social	492
16.10.1.3	Atividade econômica ou social de interesse público.....	496
16.10.1.4	Atividade econômica em sentido estrito monopolizada.....	498
16.10.1.5	Atividade econômica em sentido estrito não monopolizada.....	501
16.11	Obrigações de serviço público (princípios setoriais)	503
16.11.1	Generalidade	504
16.11.2	Universalidade.....	505
16.11.3	Regularidade	506
16.11.4	Continuidade/Permanência	506
16.11.5	Eficiência.....	511
16.11.6	Cortesia ou urbanidade.....	511
16.11.7	Modicidade remuneratória	511
16.11.8	Atualidade, modernidade, adaptabilidade ou mutabilidade	512
16.11.9	Transparência e abertura	513
16.11.10	Igualdade/isonomia ou uniformidade ou neutralidade.....	513

16.11.11	Segurança	514
16.11.12	Livre acesso às redes (obrigatoriedade de interconexão).....	514
16.12	Compensação por obrigação de serviço público	516
16.13	Competição e serviço público	520
16.13.1	Competição pelo serviço público	520
16.13.2	Competição no serviço público	521
16.13.3	Competição entre serviços públicos.....	523
16.13.4	Competição entre serviços públicos e atividades privadas	523
16.14	Código de defesa do consumidor e serviços públicos.....	523
16.15	Direitos e deveres dos usuários dos serviços públicos.....	525
16.16	Remuneração dos serviços públicos.....	528
16.16.1	Tarifa	532
16.16.2	Taxas	532
16.16.3	Preço público.....	533
16.16.4	Preço que não é público	533
16.17	Intervenção direta na economia (no domínio econômico)	534
16.17.1	Atividade absorviva do Estado	538
16.17.1.1	Absorção exclusiva: nacionalização, estatização ou socialização	539
16.17.1.2	Absorção completa: monopolização ou privilégios exclusivos	544
16.17.1.3	Absorção parcial: reserva de mercado	549
16.17.2	Atividade participativa do Estado na economia.....	550
16.17.2.1	Participação concorrencial	551
16.17.2.2	Participação impositiva	554
 CAPÍTULO XVII - ATIVIDADE REGULATÓRIA (INDICATIVA, INCITATIVA E IMPERATIVA)		557
17.1	Origem do termo regulação.....	558
17.2	Regulação como forma de intervenção do Estado	559
17.3	Conceito técnico-jurídico de regulação.....	562
17.4	Conceito de atividade administrativa regulatória.....	567
17.5	Elementos constitutivos do conceito	568
17.5.1	Atividade administrativa	568
17.5.2	Restrição/interferência intencional nas eleições/escolhas de si ou de terceiros	571
17.5.3	Atos indicativos, incitativos ou imperativos	572
17.5.4	Atingindo e respeitando os mais diversos interesses públicos relacionados à restrição/interferência.....	573

17.6 Heterorregulação ou autorregulação privada heterorregulada pelo Estado	574
17.7 Incumbência da atividade regulatória	575
17.7.1 Ente estatal incumbido da prestação da atividade	578
17.7.2 Administração Direta	579
17.7.3 Autoridades ou entes reguladores independentes (agências reguladoras)	580
17.8 Justificação e crítica da atividade regulatória	581
17.9 Formas de realizar a atividade administrativa regulatória	583
17.9.1 Regulação setorial ou transversal (quanto à abrangência)	583
17.9.2 Regulação hostil ou amiga (quanto ao trato).....	584
17.9.3 Regulação fraca e forte (quanto à intensidade)	585
17.9.4 Regulação protecionista e em favor de outros interesses (quanto aos beneficiários).....	586
17.9.5 Regulação econômica e social (quanto ao fim).....	586
17.9.6 Outras formas existentes	589
17.10 Tipos de atividades regulatórias	592
17.10.1 Atividade regulatória indicativa	594
17.10.1.1 Planejamento	595
17.10.1.2 Conceito de atividade regulatória planejadora	601
17.10.1.3 Elementos constitutivos do conceito	602
17.10.1.3.1 Atividade administrativa interventiva que identifica os objetivos, estabelece as metas e diretrizes prioritárias	602
17.10.1.3.2 Define modos operacionais	604
17.10.1.3.3 Tempo e espaço adequados	604
17.10.1.3.4 Garantia de estrutura e recursos necessários para a orientação e a execução ou não de ações administrativas	605
17.10.1.4 Tipos e níveis de planejamento	605
17.10.1.4.1 Planejamento estratégico	607
17.10.1.4.2 Planejamento tático (administrativo, departamental ou funcional)..	608
17.10.1.4.3 Planejamento operacional	609
17.10.1.5 Tipos de planos	609
17.10.2 Atividade regulatória incitativa	610
17.10.2.1 Estímulo	611
17.10.2.1.1 Críticas à expressão fomento público	613
17.10.2.1.2 Conceito de atividade regulatória estimulativa	614
17.10.2.1.3 Elementos constitutivos do conceito	615
17.10.2.1.3.1 Atividade administrativa intervencionista positiva ou negativa ...	615
17.10.2.1.3.2 Modo não coercitivo (ausência de obrigação do aderente ao estímulo)	616

17.10.2.1.3.3 Visa induzir, instigar, provocar, promover, proteger, propulsar, incentivar, abrigar, dirigir, impulsionar ou fomentar tomadas de decisões de setores específicos	618
17.10.2.1.3.4 Iniciativa privada e, até mesmo, outros entes ou órgãos administrativos	619
17.10.2.1.3.5 Objetivo que determinados interesses públicos sejam atendidos por meio de atividades em favor de toda a coletividade	619
17.10.2.1.3.6 Desafogando a estrutura daquele que o realiza	620
17.10.2.1.3.7 Almejando o desenvolvimento ou progresso econômico ou social (setoriais e regionais)	620
17.10.2.1.3.8 Suprindo eventuais deficiências existentes de forma temporária e transitória, no intuito de alcançar objetivos previstos na Constituição e efetivar direitos fundamentais	621
17.10.2.1.4 Tipos de estímulos/desestímulos	622
17.10.2.1.4.1 Honoríficos	623
17.10.2.1.4.2 Econômicos	623
17.10.2.1.4.3 Jurídicos	627
17.10.2.1.5 Incompatibilidade da outorga dos auxílios (ajudas) de Estado na União Europeia	628
17.10.2.1.6 Diferença entre estímulo e repasse de recursos	630
17.10.3 Atividade regulatória impositiva	630
17.11 Ciclo regulatório	631
17.12 Princípios setoriais	638
17.12.1 Dever de diligência regulatória	638
17.12.2 Planejamento regulatório	639
17.12.3 Obrigatoriedade da Análise de Impacto Regulatório	639
17.12.4 Exigência de consultas e audiências públicas	639
REFERÊNCIAS	641

ANEXO II

DIVERGÊNCIAS DOCTRINÁRIAS	653
--	-----